



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017**

**1. AOS ACIONISTAS**

Submetemos à apreciação de V. Sas e do mercado as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

**2. A CART**

A CART é uma Companhia nacional de capital aberto, listada na BM&FBOVESPA com nível 2 de governança corporativa e registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria B, sem ações negociáveis no mercado e com debêntures emitidas em dezembro de 2012 (com vencimento em dezembro de 2024), signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e tem sua cultura, valores e princípios pautados por respeito, ética e transparência em todas as suas relações. O início da operação deu-se em 2009, após consórcio formado pelas empresas Construtora OAS Ltda. ("Grupo OAS") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR") ter sido vencedor da concorrência pública internacional que transferiu à CART a administração do denominado Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, pelo prazo de 30 anos.

O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 389 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios.

O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá.

A CART é controlada em sua totalidade pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR"), que em 2017, por meio de suas concessões, administrou 2.337 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSAS"), Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), a Concessionária BR 040 S.A. ("Via 040"). No segmento de aeroportos, a INVEPAR controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport") e tem como sócios a AirportsCompany South Africa ("ACSA") e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero"). GRU Airport se mantém como o maior aeroporto da América do Sul em volume de passageiros, movimento mais de 37,8 milhões de passageiros em 2017. No segmento de mobilidade urbana, a INVEPAR está presente por meio da Concessão Metróiária da Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio") e a Concessionária do VLT Cariocária S.A. ("VLT Cariocária"), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Além das concessões mencionadas, a INVEPAR possui a MetrôBarra S.A. ("MetrôBarra"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro. Com sua entrada em operação em 2016, o MetrôRio passou a ser o prestador de serviços para sua operação. A construção da Linha 4 é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração.

**3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

A CART atravessou mais um ano cheio de desafios para o setor de infraestrutura, encerrando um importante ciclo de obras de duplicação, obtendo ganhos de eficiência operacional e redução de custos devido ao projeto de reestruturação do Grupo Invepar, através do compartilhamento de estruturas e negociações centralizadas na matriz.

Após 2 anos de recessão, em que foram registradas duas quedas consecutivas de 3,5% no Produto Interno Bruto ("PIB"), a economia nacional mostrou uma tímida recuperação ao longo do ano e o PIB apresentou crescimento de 1,0% em 2017 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Apesar do resultado positivo, a economia nacional retornou, em termos reais, ao patamar observado no primeiro semestre de 2011. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de investimento em 2017 caiu para 15,6% de 16,1% observado no ano anterior.

A taxa de desemprego<sup>1</sup> finalizou 2017 em 11,8%, obtendo uma pequena melhora em relação ao fechamento de 2016, que ficou em 12%. Entretanto, em relação à média anual, a taxa de desocupação passou de 11,5% em 2016 para 12,7% em 2017, o que representou a maior taxa da série histórica. A inflação oficial, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em doze meses, alcançou 2,94% em dezembro de 2017, configurando uma queda de 3,35 pontos percentuais sobre o índice alcançado em dezembro de 2016<sup>1</sup>. Esta queda refletiu o baixo nível de atividade econômica no país, apesar da pequena recuperação no ano.

Apesar de todas as dificuldades e desafios encontrados ao longo do ano, a CART concluiu as obras de duplicação da SP-225, reafirmando seu compromisso com a sociedade e cumprindo com suas obrigações contratuais. A duplicação dos 37 km promoveu maior agilidade e fluidez ao tráfego além de garantir mais segurança para os usuários. Todo esse esforço tem sido observado pelas instituições competentes, garantindo o reconhecimento da qualidade no serviço prestado pela CART. Fomos reconhecidos pelo nosso trabalho e recebemos, em abril de 2017, o prêmio "Relacionamento com a Sociedade" no evento "Concessionária do ano de 2016". Ainda no mesmo ano, em junho, a empresa foi premiada na 23ª edição do Prêmio FIESP Mérito Ambiental em que recebeu menção honrosa na categoria "Destaque Responsabilidade Socioambiental" com o Projeto "Seguindo em Frente".

A CART fechou o ano de 2017 com Receita Líquida Ajustada de R\$ 334,1 milhões, 14,4% superior ao ano anterior. Este crescimento ocorreu, principalmente, devido à celebração de novo contrato de permissão e uso da faixa de domínio com empresas do setor de telefonia, o que gerou aumento da receita acessória. A obtenção de novas receitas acessórias demonstra o sucesso da estratégia da Companhia em explorar o potencial de seu negócio, em um ano de retomada do crescimento.

A CART conseguiu aumentar em 27,3% o EBITDA Ajustado em relação a 2016. Seu EBITDA Ajustado somou R\$ 209,9 milhões frente aos R\$ 164,9 milhões em 2016. Esse resultado positivo ocorreu devido ao aumento das receitas tarifária e acessória, em função do reajuste e reclassificação citados anteriormente e devido à assinatura de novos contratos, respectivamente. O Resultado do Exercício de 2017 foi de R\$ 205,9 milhões negativos, resultado que foi 44,4% pior do que o apurado em 2016.

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**4. GESTÃO ESTRATÉGICA**

**Governança Corporativa**

O Grupo Invepar objetiva, através da Governança Corporativa, estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos nas suas Companhias, reduzindo, assim, riscos de fraude, abusos de poder ou conflitos de interesse em qualquer esfera da organização.

A CART acredita que a ética é fundamental para o desenvolvimento de seu negócio e o crescimento profissional de seus colaboradores. Por isso, todas as suas ações são baseadas no Código de Ética do Grupo Invepar.

O Código de Ética do Grupo Invepar orienta a conduta dos seus colaboradores e fornecedores a fim de prevenir a prática de irregularidades, desvios e atos ilícitos, orientando-os a observar, no trato com seus *stakeholders*, os seguintes valores e princípios gerais: Pessoas e Equipes, Honestidade, Responsabilidade Socioambiental, Empreendedorismo, Comprometimento, Respeito e Inovação.

Como mecanismo de controle, o Grupo Invepar mantém ativo canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, como objetivo de garantir anonimato e eficiência no processamento das denúncias.

**Recursos Humanos**

O desenvolvimento do capital humano é um dos pilares estratégicos da CART. Para isso, é priorizada a contratação de mão-de-obra da região, seja ela própria ou de empresas parceiras. Também há investimento em treinamentos para capacitação e desenvolvimento dos colaboradores próprios e terceirizados. A CART encerrou o exercício de 2017 com 576 colaboradores.

**Responsabilidade Socioambiental**

A CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, com iniciativas como: (i) convênio com entidades médico-veterinárias para recuperação e reabilitação de animais silvestres e domésticos; (ii) recuperação de 82 pontos de erosão; (iii) utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iv) reutilização de material fresado; (v) conscientização ambiental de colaboradores; (vi) manutenção da certificação da NBR ISO 14001:2004; (vii) realização do controle da fumaça preta em toda a frota diesel própria e de terceiros; (viii) gerenciamento de resíduos; (ix) realização de análises de potabilidade da água para consumo humano e monitoramento da qualidade da água de 30 rios ao longo de sua concessão; (x) atendimento a ocorrências de acidentes com produtos perigosos; (xi) redução de 5% no consumo de água; (xii) redução de 40% nas emissões de GEE.

Em relação à fauna, deu continuidade ao programa "Proteção à Fauna do Corredor Raposo Tavares", através da implantação de 5 mil metros de telas de condução de fauna, contribuindo assim com a redução de 72% no índice de atropelamento da fauna silvestre nos trechos onde o programa já foi implantado pela Concessionária.

Quanto ao investimento social, a empresa em conjunto com o Instituto INVEPAR, seleciona projetos socioambientais a serem implementados nas regiões abrangidas pelo Corredor CART. Visando uma aproximação maior junto aos usuários do Corredor CART, a Concessionária realizou 59 ações de Saúde e Cidadania nas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs), no SEST/SENAT e na base da polícia militar rodoviária (PMRV) de Presidente Prudente, com o objetivo de aproximar os motoristas a conhecerem os serviços da concessionária e orientar quanto aos cuidados com a Saúde. Dentro desta interface de saúde, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, a Concessionária passou a realizar em pontos estratégicos o evento Intérmio Acorda Motorista, que tem como objetivo principal o caminhoneiro, além de oferecer testes de saúde, também recebem orientações sobre a importância dos cuidados com os equipamentos de segurança do caminhão, os que precisam de reparos nas faixas refletivas, recebem a troca gratuitamente no evento, no ano de 2017 participaram 5.558 pessoas.

Realizou 58 palestras, atendendo um público de 10.138 pessoas entre escolas e empresas, com temas variados e com foco em Segurança no Trânsito e ainda apoiou 3 projetos socioambientais aprovados no Edital do Instituto Invepar, denominados Formando Talentos, Bora Correr e Seguindo em Frente, nos municípios de Bauru, Espírito Santo do Turvo, Ibirarema e Santo Anastácio.

A CART está entre as 10 melhores Concessionárias de Rodovias do Estado de SP, ocupando a sexta posição no ranking divulgado pela ARTESP (Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo), órgão que regulamenta e fiscaliza o Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo. Em abril de 2017, a CART conquistou o troféu "Relacionamento com a sociedade" durante o evento Concessionária do ano de 2016, promovido e realizado pela ARTESP. Ainda no mesmo ano, em junho, a empresa foi premiada na 23ª edição do Prêmio FIESP Mérito Ambiental em que recebeu menção honrosa na categoria "Destaque Responsabilidade Socioambiental" com o Projeto "Seguindo em Frente".

**Prêmios e Reconhecimentos**

A CART recebeu em Abril/17 o prêmio "Relacionamento com a sociedade" no evento "Concessionária do ano de 2016", promovido pela ARTESP. Além do prêmio, a CART ficou entre as finalistas de outras duas categorias – "Segurança Rodoviária" e "Eficiência dos Serviços".

**Perspectivas**

Após um forte período de investimentos operacionais cumprindo o contrato de concessão, garantindo a eficiência operacional e trazendo mais conforto e segurança para os usuários, a CART viveu um ano de importantes entregas em 2017. Em 2018 continuará seu processo de melhoria contínua através do compartilhamento das melhores práticas entre as empresas do grupo Invepar, garantindo a redução de custos e se preparando para aproveitar as oportunidades de uma retomada da economia, sempre visando a máxima eficiência operacional a fim de garantir total qualidade e segurança para os usuários.

**5. DESEMPENHO OPERACIONAL**

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do Auditor Independente.

**Desempenho Operacional**

Desempenho Operacional (Mil)	2017	2016	Δ
<b>VEPS</b>	<b>49.529</b>	<b>49.752</b>	<b>-0,4%</b>
Veículos Leves	16.138	15.533	3,9%
Veículos Pesados	33.391	34.219	-2,4%
<b>Tráfego</b>	<b>24.052</b>	<b>23.571</b>	<b>2,0%</b>
Veículos Leves	16.331	15.722	3,9%
Veículos Pesados	7.268	7.413	-2,0%
Veículos Isentos	453	436	3,7%
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	<b>6,66</b>	<b>6,21</b>	<b>7,3%</b>

<sup>1</sup> VEPS = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Em 2017, as nove praças de pedágio da CART registraram 49,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), frente aos 49,8 milhões registrados no ano anterior, representando uma ligeira queda de 0,4%. O principal motivo da queda foi a redução no número de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, resultando ainda da retração econômica vivida nos últimos anos. Já o número de VEPs leves atingiu 16,1 milhões, o que representou um crescimento de 3,9%, fruto de feriados prolongados, favorecendo o turismo, aliado a uma tímida melhora econômica no ano.

**Destaque Operacionais**

Em Outubro/17, a CART oficializou a entrega das obras de duplicação da SP-225. A inauguração dos 37 km de trecho duplicado incluem a construção de duas faixas de rolamento, acostamento, sistema de drenagem, sinalização horizontal e vertical, obras complementares e canteiro central e alguns pontos com *new jersey* (mureta) para separar o fluxo de veículos nos dois sentidos da rodovia. O trecho também será monitorado 24h por meio das câmeras interligadas ao COO – Centro de Controle Operacional da CART. A rodovia duplicada conta ainda com 82 telefones de emergência para uso dos motoristas que precisam de ajuda ou em casos de emergência.

**6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

A CART apresenta suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ano de 2017 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao exercício de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

A partir de julho de 2017, a tarifa de pedágio foi reajustada em 3,6% em média em suas praças de pedágio, conforme contrato de concessão. Além disso, em função da entrega de obras de duplicação, obtivemos reclassificação tarifária em algumas praças de pedágio.

**Reculta Operacional**

Reculta Operacional (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>Reculta Bruta</b>	<b>561.737</b>	<b>434.521</b>	<b>29,3%</b>
Recultas com Pedágio	329.869	309.101	6,7%
Recultas Acessórias	37.654	10.922	244,8%
Reculta de Construção (IFRS)	194.214	114.498	69,6%
<b>Reculta Bruta Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>367.523</b>	<b>320.023</b>	<b>14,8%</b>
Deduções da Reculta Bruta	(33.463)	(28.072)	19,2%
<b>Reculta Líquida Ajustada</b>	<b>334.060</b>	<b>291.951</b>	<b>14,4%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 334,1 milhões em 2017, um crescimento de R\$ 42,1 milhões, ou 14,4%, em relação ao ano anterior. O principal impacto na reculta com pedágio ocorreu devido ao reajuste da tarifa básica das praças, vigente a partir de 1º de julho de 2017 com aumento médio de 3,4%, aliado a reclassificação tarifária na praça de pedágio (P9) fruto da conclusão de obras de duplicação. Em relação à receita acessória, a celebração de novos contratos de permissão e uso da faixa de domínio foi o principal motivo para o aumento de 24,8% em relação a 2016. Os contratos de maior representatividade estão relacionados a ocupações de passagens de fibras óticas na rodovia.

**Custos e Despesas**

Custos & Despesas (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(431.256)</b>	<b>(344.384)</b>	<b>25,2%</b>
Pessoal	(41.682)	(42.967)	-3,0%
Conservação & Manutenção	(26.676)	(29.980)	-11,0%
Operacionais	(29.130)	(31.371)	-7,1%
Outorga Variável	(5.513)	(4.800)	14,9%
Despesas Administrativas	(21.149)	(17.968)	17,7%
Custo de Construção (IFRS)	(192.291)	(113.345)	69,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(17.731)	(8.837)	100,6%
Depreciação & Amortização	(97.084)	(95.116)	2,1%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	<b>(222.235)</b>	<b>(222.202)</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1,2</sup></b>	<b>(124.151)</b>	<b>(127.086)</b>	<b>-2,3%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

<sup>2</sup> Desconsidera os efeitos de depreciação e amortização

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustados somaram R\$ 221,2 milhões em 2017, frente a R\$ 222,2 milhões no ano anterior, o que representou uma redução de 0,4% em relação ao ano anterior. Essa redução está relacionada a uma maior eficiência operacional, fruto do compartilhamento de estruturas do projeto de reestruturação do Grupo Invepar, o que permitiu menores custos operacionais (-7,1%), além da redução dos gastos com pessoal (-3,0%) e conservação e manutenção (-11,0%). Desconsiderando os efeitos de depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 124,2 milhões, uma redução de 2,3% em relação a 2016.

**EBITDA & Margem EBITDA**

EBITDA & Margem EBITDA (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>EBIT</b>	<b>97.017</b>	<b>62.065</b>	<b>56,3%</b>
(+) Depreciação & Amortização	97.084	95.117	2,1%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>194.101</b>	<b>157.182</b>	<b>23,5%</b>
<b>Margem EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>36,7%</b>	<b>38,7%</b>	<b>-2,0 p.p.</b>
<b>Ajustes</b>	<b>15.808</b>	<b>7.685</b>	<b>31,0%</b>
(-) Receita de Construção (IFRS) <sup>1</sup>	(194.214)	(114.498)	-69,6%
(+) Custo de Construção (IFRS) <sup>1</sup>	192.291	113.345	-69,7%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS) <sup>1</sup>	17.731	8.837	100,6%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>209.909</b>	<b>164.867</b>	<b>27,3%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>62,8%</b>	<b>56,5%</b>	<b>+6,3 p.p.</b>

<sup>1</sup> Instrução CVM nº 527/12;

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 209,9 milhões no ano de 2017, uma variação positiva de 27,3% em relação ao ano de 2016, quando o valor atingiu R\$ 164,9 milhões. A margem EBITDA Ajustada atingiu 62,8%, representando

um aumento de 6,3 pontos percentuais em relação ao valor de 2016. O resultado positivo ocorreu devido ao aumento na receita acessória com a assinatura de novos contratos e aumento da receita tarifária em função do reajuste e reclassificação citados anteriormente.

**Resultado Financeiro**

Resultado Financeiro (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(158.148)</b>	<b>(207.218)</b>	<b>-23,7%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>11.186</b>	<b>17.832</b>	<b>-37,3%</b>
Juros sobre Aplicações Financeiras	10.979	17.648	-37,8%
Outros	207	184	12,4%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(169.334)</b>	<b>(225.500)</b>	<b>-24,8%</b>
Juros sobre empréstimos	(61.279)	(76.018)	-19,4%
Juros sobre debêntures	(64.259)	(59.184)	8,6%
Variação Monetária	(40.338)	(89.035)	-54,3%
Outros	(3.408)	(813)	319,2%

No exercício de 2017 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 158,1 milhões de despesas líquidas, uma redução de 23,7% em relação ao exercício de 2016. Esta redução ocorreu principalmente em razão dos menores dispêndios com despesas financeiras, devido às variações dos indexadores (TJLP e IPCA) em relação ao ano anterior, além da diminuição do volume principal da dívida (amortizações do período).

**Lucro / Prejuízo do Exercício**

Resultado Líquido (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(205.907)</b>	<b>(142.610)</b>	<b>44,4%</b>

O resultado líquido do exercício de 2017 foi 44,4% inferior comparado ao ano anterior e totalizou prejuízo de R\$ 205,9 milhões. Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, o resultado operacional foi impactado por efeitos não operacionais, sendo alguns deles não caixa.



**Disponibilidade e Endividamento**

Disponibilidade e Endividamento (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(1.505.215)</b>	<b>(1.566.675)</b>	<b>-3,9%</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>41.531</b>	<b>20.881</b>	<b>98,9%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	41.150	20.881	97,1%
Aplicações Financeiras <sup>1</sup>	381	-	n.m.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.546.746</b>	<b>1.587.556</b>	<b>-2,6%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>159.038</b>	<b>154.595</b>	<b>2,9%</b>
Empréstimos e Financiamentos	141.779	140.223	1,1%
Debêntures	22.408	18.540	20,9%
(-) Encargos Financeiros	(5.149)	(4.168)	23,5%
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.387.708</b>	<b>1.432.961</b>	<b>-3,2%</b>
Empréstimos e Financiamentos	467.638	571.806	-18,2%
Debêntures	960.137	907.516	5,8%
(-) Encargos Financeiros	(40.067)	(46.361)	-13,6%
<b>Dívida Líquida Ajustada<sup>2</sup></b>	<b>(1.550.431)</b>	<b>(1.617.204)</b>	<b>-4,1%</b>

<sup>1</sup> Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado com prazos variados.

<sup>2</sup> Div. Líquida Ajustada - desconsidera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.

No exercício de 2017, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida de R\$ 1,5 bilhão, representando uma diminuição de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo normal de amortização da dívida da Companhia aliado a um aumento nas disponibilidades.

**Investimentos**

Investimentos (R\$Mil)	2017	2016	Δ
<b>Investimento Total</b>	<b>195.046</b>	<b>116.715</b>	<b>67,1%</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>1.106</b>	<b>463</b>	<b>138,9%</b>
<b>Intangível</b>	<b>194.530</b>	<b>115.412</b>	<b>68,6%</b>
Software e Outros	316	914	-65,4%
Direito de Concessão (Investimento)	194.214	114.498	69,6%
(-) Transação Não Caixa	(2.513)	(313)	702,9%
(-) Margem de Construção	1.923	1.153	66,7%







**CONCESSIONÁRIA  
AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**  
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e				
Financiamentos	141.560	327.727	142.917	73.808
Debêntures	17.259	195.507	463.042	308.695
Fornecedores	28.465	–	–	–
				28.465
31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e				
Financiamentos	140.223	353.579	163.305	134.055
Debêntures	18.540	71.521	303.650	539.241
Fornecedores	7.369	–	–	–
				7.369

**j) Gestão de capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	682.838	791.162
Debêntures	944.435	932.952
Caixa e equivalentes de caixa	(2.649)	(2.713)
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	(38.882)	(18.168)
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	(80.526)	(86.029)
Dívida líquida	1.505.216	1.617.204
Patrimônio líquido	678.115	512.824
Endividamento líquido	2.183.331	2.130.028

(\*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 8 e 9).

**22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA**

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	2.513	313

**23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO**

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia

reconheceu o montante de R\$194.214 (vide Nota explicativa nº 15), como receita de construção, (R\$114.498 em 31 de dezembro de 2016) e como margem de construção de R\$1.923 (R\$1.153 em 31 de dezembro de 2016).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.093.591 (R\$1.900.803 em 31 de dezembro de 2016).

**A Diretoria  
Contador**

Leandro Ferreira Gonçalves CRC-RJ 105435/O-5

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART**  
Bauru – SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.a., 8 e 9 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 205.906 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 157.422 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e debêntures no montante de R\$ 159.038 mil. Conforme apresentado nas Notas explicativas nº. 1.a., 8 e 9, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Ênfase**

**Investigação do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº. 1.b às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Procedimento Arbitral**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 10 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a Companhia quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a Companhia e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Até o momento, não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, os advogados da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois, nesse momento, não têm elementos suficientes para essa avaliação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionados à concessão**

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 – "Intangível", a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 96% do total dos ativos. Esses valores estão diretamente ligados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Rodovia Raposo Tavares. Em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2016.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

**Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Análisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

**Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos**

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que totalizavam R\$ 79.978 mil, consubstanciado com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis dessa Companhia.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois na elaboração dessas projeções, a Administração utiliza premissas complexas e subjetivas, como estimativa de crescimento econômico, taxa de juros, inflação, entre outras métricas, que podem afetar de forma significativa a capacidade de geração de base tributável futura, além das próprias premissas e julgamentos por parte da administração que podem não se confirmar.

**Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste da metodologia utilizada pela Administração para realização de suas projeções. Com o apoio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, discutimos com a Administração da Companhia a razoabilidade das premissas significativas utilizadas, de acordo com os orçamentos aprovados pela Administração, incluindo as taxas de desconto, de crescimento de receitas e margens no período projetado e na perpetuidade, comparando os cálculos com as informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com a estimativa de geração de lucro tributário futuro.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as projeções realizadas e os "impairments" constituídos são razoáveis, estando consistentes com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa  
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP  
Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

